



# APONTAMENTOS ÉTICOS SOBRE A REFLEXÃO MORAL DA PRÁTICA DOCENTE

---

Maria Elly Krishna dos Santos Pereira<sup>1</sup>  
Raimundo do Nascimento Batista Landim<sup>2</sup>  
Osterne Nonato Maia Filho<sup>3</sup>  
Francisco Joatan Freitas Santos Junior Brasil<sup>4</sup>

## *Ethical Notes On The Reflection Moral Teaching Practice*

### **Resumo:**

A tematização da problemática é, certamente, do ponto de vista epistemológico o ponto de partida a partir de onde toda pesquisa deveria ter o seu começo. Pois, o caminho (metodologia) que virá depois será o melhor e o mais adequado à medida que as respostas encontradas estiverem ou não compatíveis com a mesma. Neste artigo, tendo isto em mente, desenvolvemos a temática da ética na educação a partir da formulação da problemática teórica, prática e técnica que tal questão pressupõe. Neste sentido, refletiremos sobre três problemas ético-morais que são, o da conceituação dos termos ética e moral, depois, o problema da fundamentação axiológica da reflexão moral, e, por último, o problema técnico da aplicação da avaliação moral à prática docente concreta. O trabalho possui natureza teórico e bibliográfica em que apresentamos o resultado das nossas pesquisas bibliográficas em torno do conceito de ética e moral, em pensadores relacionados direta e indiretamente à temática. Em síntese, alcançamos que o modelo historicista/praxiocêntrico descobre o homem como ser histórico e social, construído e construtor da história e de sua humanidade.

**Palavras-chave:** Ética. Moral. Conceito. Reflexão. Educação.

### **Abstract:**

*The thematization of the problem is certainly, from an epistemological point of view, the starting point from which all research should begin. Therefore, the path (methodology) that will come later will be the best and most appropriate as the answers found are or are not compatible with it. In this article, bearing this in mind, we develop the theme of ethics in education from the formulation of the theoretical, practical and technical issues that this issue presupposes. In this sense, we will reflect on three ethical-moral problems that are, the conceptualization of the terms ethics and morals, then, the problem of the axiological foundation of moral reflection, and, finally, the technical problem of applying moral reflection to concrete teaching practice. The work has a theoretical and bibliographical nature in which we present a summary of our bibliographic researches around the concept of ethics and morals, in thinkers directly and indirectly related to the theme. In summary, we achieved that the historicist/praxiocentric model discovers man as a historical and social being, built and builder of history and his humanity*

**Keywords:** Ethics. Moral. Concept. Reflection. Education.

1. Mestrado profissional em mestrado profissional em educação profissional e tecnológica pelo Instituto Federal Do Ceara - Campus Tiangua, Brasil (2019) professora efetiva de geografia do secretaria da educação básica do Ceará  
2. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil (1998) Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará.  
3. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil (2004) Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará.  
4. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil (2022) Professor de História e Filosofia do Secretaria de Educação do Ceara.

## 1. INTRODUÇÃO

A feitura deste trabalho, no tocante à sua metodologia, configura-se como uma reflexão crítica sobre a moralidade na prática docente elaborada sob um complexo lógico composto por duas etapas: uma fenomenológica e outra dialética. Ou seja, na primeira etapa, aproximamo-nos do nosso objeto (prática docente) via experiência pessoal, profissional e acadêmica, onde vivenciamos inúmeras e diversificadas questões práticas de ensino e aprendizagem (didática), bem como questões teóricas sobre o sentido, a gestão e a reflexão da educação (pedagogia).

Oriundo desse feixe particular de vivências, tematizamos no presente texto o problema ética sobre como proceder adequadamente com a avaliação moral do modo de agir do educador para com seus alunos em sala de aula. Mas, como a abordagem fenomenológica não é suficientemente adequada para alcançar a lógica interna desta problemática, muito embora, prepare-a como mediação determinada do processo cognitivo, num segundo movimento lógico, que caracterizamos como sendo de cunho dialético (análise dos momentos contrapostos da prática docente), levamos a efeito uma reflexão crítica das formas como, tradicionalmente, são feitas a avaliação dessa mesma prática (modelos naturalista e subjetivista de moral), culminando com a defesa da nossa hipótese de que uma forma possível de reflexão moral adequada da ação docente se ela for pautada sob o modelo historicocêntrico, que funda seu imperativo categórico (fundamento axiológico) numa práxis transformadora.

## 2. REFLEXÕES SOBRE A CONCEITUAÇÃO DE ÉTICA E MORAL

O filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) declarou, certa feita, numa palestra sobre o tema do humanismo que preocupamo-nos tanto com o homem, sua origem e seu destino, mas continuamos sabendo tão pouco sobre ele como se observa na contemporaneidade. Parafraseando este pensador, diríamos que nunca estudamos tanto sobre a ética e a moral, mas, ao mesmo tempo, muito pouco sabemos sobre tais práticas sociais que põem em questionamento a forma como agimos no mundo.

Parece-nos que quanto mais nos colocamos acerca da questão conceitual sobre elas, inevitavelmente,

deparamo-nos com uma extraordinária quantidade de compreensões variadas, bem com uma diversidade de possibilidades de visões sobre o tema. Ao invés de dispormos de um sentido unívoco do que seja a ética e a moral, ao contrário disso, ficamos perplexos diante da complexidade que uma compreensão de tal temática se nos apresenta e, por isto mesmo, exigindo de nós um esforço teórico para aproximação, apreensão e elucidação dessa mesma complexidade; ou, quando não, isto implicando, até mesmo, na impossibilidade de uma compreensão adequada dela. Daí, que, na maioria dos casos, a postura de quem se depara com tal problema é o da desistência de prosseguir com a pesquisa sobre a ética e a moral, ou, então, contentar-se com uma compreensão simplista e superficial desses conceitos e suas manifestações na realidade.

Não temos a pretensão com este trabalho defender nossa postura como a correta e a que melhor corresponde à verdade. Pretendemos elaborar uma discussão objetivando uma compreensão, senão exaustiva, ao menos plausível e relevante do que seja a ética e a moral. Neste sentido, partilhamos da proposição de J. Hessen (2001) de que o sentido último das nossas vidas, como seres humanos, está na atribuição de valor às coisas.

O que é ética, e o que é moral? São termos idênticos ou são diferentes? São realidades separadas, distintas ou complementares? Eis, pois, a nosso problema preliminar. Podemos analisar a questão, primeiramente, via abordagem etimológica e filológica dos termos ética e moral, ademais, via abordagem histórico-filosófica, além da abordagem propriamente lógica. Podemos considerar a ética e a moral não como conceitos sinônimos, porquanto são conceitos distintos. Mas, também não são realidades separadas. São conceitos que compõem um complexo lógico contraposto, que, enquanto tais, são complementares ou mutuamente implicados entre si. Neste caso, não tem sentido falar de ética sem que, ao mesmo tempo, a moral não esteja implicada no processo e vice-versa.

Ao longo de toda a história do pensamento filosófico ocidental foram elaboradas muitas obras sobre a moralidade humana, tanto no âmbito da teologia como no da filosofia. Mas quem mais refletiu sobre temática foi a filosofia, tanto que temos na sua própria estrutura lógica uma parte que é chamada de filosofia moral, ou, simplesmente ética filosófica.

Na seara filosófica podemos mencionar Aristóteles, Tomás de Aquino, Espinoza, Kant, Hegel, dentre muitos outros, que se debruçaram sobre a temática ética e, enquanto tal, produziram verdadeiras obras-primas sobre a prática moral. Mas, a principal obra que, clara e sistematicamente, expressa esta compreensão da relação entre os dois termos, dentre muitas existentes, é a que foi realizada na segunda metade do século passado pelo filósofo espanhol e exilado no México, representante do chamado "marxismo crítico", Adolfo Sánchez Vázquez.

Trata-se da obra "Ética", publicada em 1969, na qual ele elabora com originalidade e clareza sua sistematização teórica da relação lógica entre os termos ética e moral, até então desconhecida na história do pensamento filosófico ocidental. Nas suas próprias palavras: "A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade" (VÁSQUEZ, 1990, p. 12).

Neste sentido, a moral diz respeito, propriamente, ao código de normas que orienta o comportamento individual e social do homem. Ao passo que a ética constitui a reflexão e a sistematização da realidade moral, sendo a moral a condição, por excelência, para a existência da ética, à medida que ela tematiza, teoricamente, toda uma série de problemas postulados pela prática moral. Enfim, devemos, então, compreender a ética como iluminação teórica da moral, e a moral, por seu turno, como efetivação prática da ética.

### 3. METODOLOGIA

Da perspectiva sistemática, pautamos o que segue tematizando uma problemática teórico-prática na qual refletimos sobre a legitimidade lógica e a viabilidade técnica da ética como a teoria da moralidade, que, para tanto, será desenvolvida em três partes distintas, mas, dialeticamente imbricadas. O estudo possui natureza teórico/bibliográfica. A saber, primeiramente, apresentamos uma reclamação das nossas pesquisas bibliográficas em torno do conceito de ética e moral, em pensadores relacionados direta e indiretamente à temática como: Oliveira (1989, 1993 e 1995), Cirne Lima (1993 e 2014); bem como em pensadores da filosofia moral: A. S. Vázquez (2011, 1980), J. L. Aranguren (1981), Lima Vaz, (1986). Na segunda parte deste trabalho abordaremos em nível da ética geral, dos principais modelos de moral que foram pautados ao longo da história ocidental. E, por último, em nível da ética

aplicada, procederemos com uma avaliação moral de um caso hipotético ligado à prática docente concreta.

### 4. O PROBLEMA DA NECESSIDADE E DA POSSIBILIDADE DA ANÁLISE TEÓRICA DA MORAL NO MUNDO HODIERNO

Ao compreendermos a ética como uma dimensão filosófica da prática moral (filosofia moral), e a moral como uma avaliação do comportamento sócio-histórico do humano, como, tecnicamente, proceder de modo que o discurso seja, ao mesmo tempo, teoricamente válido e praticamente relevante? Ou, mais diretamente, como falar, eticamente, de moral para nosso mundo atual?

Indubitavelmente há uma necessidade e uma possibilidade de refletirmos sobre a moral na sociedade contemporânea, ainda que o mesmo seja, do ponto de vista sociológico, uma realidade marcada pela violência social detratadora da referência axiológico/moral, enquanto tal, fundante de todas as formas básicas do relacionamento humano, como o amor, a verdade, a justiça e a paz; e, mais ainda, um mundo engendrado por valores pós-modernos, que assolam os nossos pátios, os nossos palanques, as nossas cátedras, os nossos altares e as redes sociais com a anticultura da pós-verdade, quer dizer da "verdade" que, na realidade, não é uma verdade, mas, uma *fake news*.

E donde vem a certeza da necessidade de termos que falar sobre moral? Primeiro, dado o fato de sabemos ser o homem constituído, dentre outras propriedades, pela de ser um produtor de valores dos mais diferentes tipos (econômico, estético, religioso), inclusive valores morais, pelo que, por isto mesmo, querendo ou não, sabedores ou não, somos responsáveis pelo bem e o mal que acontecem, aqui e agora, no mundo em que vivemos.

Em segundo lugar, a exigência de discutirmos a moralidade do nosso mundo atual vem da certeza lógica de que o juízo sobre a existência humana é uma propriedade estrutural e, ao mesmo tempo, exclusiva ao ser humano como tal (ARANGUREN, 1986). É-lhe exclusiva porque só o homem tem a condição de fazê-lo, dado que só ele possui a liberdade para dizer sim ou não à vida, que é dimensão subjetiva da liberdade (porque existe o acaso, o não-ser, a contradição); e é uma necessidade estrutural dado que o mundo se lhe

apresenta em múltiplas possibilidades, que é dimensão objetiva da liberdade, devendo ele, desta forma, ter de escolher uma dentre tantas outras existentes.

Mas como fazer uma escolha realmente boa, feliz e verdadeira? O que é propriamente uma escolha moral? Ou seja, mais precisamente, como toda e qualquer forma de ação moral implica num juízo de valor sobre uma determinada situação de fato, seja visando um objeto, ato, ou sentimento, a partir de um modelo ideal, onde buscar tal modelo? Existe mesmo tal modelo? Aqui, também, não temos dúvida, de que, na própria história do pensamento filosófico ocidental, existe, sim, tal modelo. O problema é que, invés de um modelo temos, na realidade, vários modelos nessa mesma história.

Devido as limitações de uma reflexão fomalizada num texto acadêmico, num exercício de síntese lógica, reduziremos a quantidade de modelos de moral existentes na história da filosofia ocidental aos três grandes paradigmas teóricos ou modelos, aqui escolhidos, não por acaso, mas, tomando como critério a sua relevância filosófica, bem como sua efetividade histórica. Com isto, pensamos que tais modelos respondem à quantidade e diversidade de possibilidades compreendidas pelas correntes, tendências e sistemas de moral. São eles os modelos de moral naturalista-cosmocêntrico; subjetivista-antropocêntrico e historicista-praxiocêntrico, cuja terminologia tomamo-la de empréstimo, com as devidas diferenças de forma e conteúdo, de Oliveira (1989, 1993 e 1995).

Iniciemos pelo **modelo naturalista ou cosmocêntrico**, o mais antigo e o que durou mais tempo na história da nossa civilização ocidental. Este modelo tem como horizonte histórico a antiguidade clássica e, por extensão, toda a Idade Média. São quase dois milênios de formação e vigência. Por conta disto é um modelo muito bem sistematizado e que marcou profundamente as sociedades da época e influenciou as que vieram depois.

Os seus fundamentos ontológicos foram basicamente postos pelo pensamento greco-romano e cristão, no trabalho levado a efeito pelos filósofos os pré-socráticos, que foram os que começaram, propriamente, a investigação ontológica. Para Parmênides (1985), "o ser é o que é"; para Heráclito (1985), "o ser é o que está sendo"; com Platão (1983), já se tem uma teoria do ser,

dialeticamente sistematizada, onde o ser verdadeiro é a "Ideia", visto ser a mesma a integração do ser e do não-ser, ou seja, o ser é o que está sendo. Em Aristóteles, o ser é a "substância" que como tal constitui uma essência imutável e universal.

Na Patrística e na Idade Média, respectivamente, com Agostinho e Tomás de Aquino o verdadeiro ser é Deus que, na visão cristã, é um ser criador, eterno e absoluto. Por sua vez, o não-ser é o que não é, ou seja, é o que muda (o caso do tempo), é o provisório, a história, é o que degenera, no caso a matéria. Ora, este ser, através do processo de emanção em Platão; de causalidade natural em Aristóteles, ou de criação sobrenatural em Agostinho e Tomás de Aquino, constituindo-se na fonte, no sentido e na verdade de tudo que existe. E dado tratar-se de um ser eterno, imutável e absoluto, tudo que é gerado ou criado é feito na mais absoluta justiça, perfeição e ordenação, segundo as leis do *kosmos* (em grego, cosmo, significa ordem).

No que diz respeito à moral, que é coerentemente deduzível desses postulados ontológicos ou visão de ser, esta vai normatizar a felicidade, o bem do homem como contemplação da ordem natural que é, por si só, bela, justa e verdadeira. Ao homem, então, compete, pela sua luz natural, a razão ou logos, tomar consciência e respeitar o dinamismo próprio de tal ordem, que lhe é previamente dada, visto ser, ela mesma, eterna, imutável e universal.

Além do aspecto ontológico, que se põe como um pressuposto fundamental para a determinação de um modelo de moral, temos aqui ainda outros aspectos igualmente relevantes para tanto, que são os aspectos lógico, antropológico, gnosiológico e cosmológico, que compõem, propriamente, o quadro sistemático da filosofia como um saber metafísico. No nível da prática moral concreta, que deveríamos tratar aqui, será melhor analisado mais à frente neste texto, momento em que tematizaremos a terceira questão ética sobre a moralidade humana em geral e especificamente sobre a prática docente.

O **modelo subjetivista, antropocêntrico** inicia-se com o renascimento humanista na passagem do mundo medieval para o mundo moderno, ao tempo de Leonardo da Vinci, do iluminismo racionalista representado por René Descartes e do empirismo científico que teve como pioneiro a Francis Bacon, passando por Galileu Galilei, cujo ápice encontra-se em

Isaac Newton, os quais são os representantes basilares dos eventos histórico e culturais dos séculos XV e XVI e por isto mesmo indicativo de uma nova era da história da humanidade. Foi, nesse tempo, que começou a ser gestada uma outra maneira de ver e de viver a realidade, e, conseqüentemente, uma nova forma de fundamentação teórica do juízo de valor sobre a ação do homem no mundo: um novo modelo de moral. Trata-se, pois, de um modelo que não tem a mesma precisão sistemática do anterior, mas, nem por isto deixa de ser logicamente significativo e historicamente marcante.

Os fundamentos teóricos, lógicos e ontológicos do modelo de moral são localizáveis nos racionalistas franceses, em especial Descartes, nos idealistas alemães tais como Kant, Fichte, Schelling e nos materialistas ingleses como Thomas Hobbes e Stuart Mill. A compreensão do ser, aqui, muda radicalmente. O ser, agora, é uma postulação, uma construção da razão humana. Ou seja, mais precisamente, o ser de autônomo, como no "Mundo das ideias" de Platão, de universal, como a "Substância" de Aristóteles, de eterno, o "Deus criador", segundo Tomás Aquino, passa a ser um produto subjetivo da "racionalidade humana" em Descartes, do "Eu transcendental" de Kant e do "Eu Absoluto" de Fichte.

A razão humana, deste modo, alcança o estatuto lógico de fonte e legisladora de tudo; é ela, enquanto subjetividade pura e absoluta, que projeta, pensa/pesa, avalia, interpreta, julga e dá sentido à objetividade ao real, à vida, e, por extensão aos valores. É por esta razão que a moralidade decorrente destes postulados ontológicos tem como estrutura básica a intencionalidade humana. A verdade, o bem e a norma estão na coerência, na identidade, entre o que a consciência projeta e o resultado prático da ação. O determinante do bem é como afirma Kant (1980), a "vontade pura" do sujeito, da consciência subjetiva, ou, ainda, da intenção fundante da ação, capaz não só de interpretar o mundo, mas de julgá-lo segundo suas próprias leis apriorísticas.

A operacionalização deste modelo em nível da ação moral/prática ou mesmo da aplicação concreta da moral à prática docente, é, não tão clara e simples, como a do modelo anterior, mas tem a sua efetividade, que como dissemos quando apresentamos os fundamentos ontológicos do modelo naturalista, deixaremos para considerar na terceira parte do presente texto.

Por fim, o modelo historicista ou praxiocêntrico. Destacamos inicialmente que subjaz a estes dois primeiros modelos algumas características, no mínimo, problemáticas. Quanto ao primeiro deles, o naturalista, vigem os esquemas do determinismo natural e mecanicista, enquanto tais, bloqueadores da atividade humana racional e livre, que por conseguinte pode resultar no fatalismo e no pessimismo moral. Quanto ao modelo subjetivista, prevalecem os esquemas do relativismo das consciências individuais, próprios das perspectivas iluministas e empiristas, que vai culminar com uma postura otimista no que se refere à moral. Aliás, é este mesmo racionalismo que serve de base teórica para o modelo subjetivista, e que, apostando tudo na potencialidade racional do homem – creditando-lhe, inclusive, a possibilidade de organização de uma sociedade universalmente justa, livre e consciente que, com o passar do tempo, viu suas expectativas serem frustradas.

Neste sentido, podemos dizer que o holocausto dos judeus, levado a efeito pelo nazifascismo pode ser legitimado (o que é, certamente, um absurdo!), se olhado sob a ótica deste modelo subjetivista, porquanto o mesmo teria sido feito com a melhor das intenções morais, como fora dito pelos indivíduos acusados e processados no julgamento de Nuremberg.

No entanto, a crise do racionalismo não é o fim da reflexão filosófica e nem, muito menos da especulação metafísica. Estas continuaram se desenvolvendo, desvelando perspectivas e galgando desafios. E, é exatamente destes novos desdobramentos, posteriores à reflexão filosófica propriamente moderna, em um tempo chamado por alguns de pensamento pós-moderno, que se vislumbra na contemporaneidade, sobretudo, a possibilidade de fundação de um novo modelo de moral: o modelo que chamamos de historicista ou praxiocêntrico.

Este modelo ainda está em desenvolvimento, porquanto os modelos anteriores, o naturalista e o subjetivista situam-se em tempos remotos, respectivamente na Antiguidade/Idade Média e na Idade Moderna, o modelo historicista situa-se no âmago da nossa realidade hodierna. Neste contexto só é possível apresentá-lo em suas grandes linhas. Dentre os pensadores que desempenharam mais diretamente um papel na construção teórica deste modelo, podemos mencionar sob uma ótica fenomenológico/existencial, Husserl e

Heidegger, dentre muitos outros. Indubitavelmente, a contribuição desses dois pensadores foi mesmo bastante marcante, dado que eles tentaram, e com certo sucesso, superar os limites subjetivistas próprios da filosofia moderna.

No tempo que nos toca mais de perto, ou seja, do início do século XX ao século XXI vimos muitas outras postulações teóricas no sentido de uma reformulação sobre o modo como devemos compreender o ser como uma ontologia. Podemos mencionar, a título de ilustração prática, pelo menos três dessas tentativas situadas no campo do pensamento filosófico. A primeira foi postulada pelo filósofo judeu/austriaco Martin Buber (1982), sob os auspícios da filosofia existencialista com ênfase na relação dialogal entre a realidade do "Eu" e do "Tu". Um segundo passo foi dado pelo filósofo franco/judaico, Emanuel Lévinas (2008, 2009), quando postula ao invés da relação dialógica entre eu e tu, a relação dialógica entre o "mesmo e o outro". E um terceiro passo foi dado pelo filósofo Enrique Dussel (1986), o qual faz da categoria da "alteridade", por extensão, "do pobre", "do explorado", o fundamento da sua concepção de ser, de sua ontologia.

Mas diferentemente dos modelos anteriormente apresentados, que fundam a moralidade na concepção de ser como totalidade, modelo naturalista; bem como na concepção de ser como identidade, modelo subjetivista; o modelo historicista tematiza o ser como práxis, como processo, inter-relação, superação e transformação. Além disso, tal modelo põe-se com sua ontologia da práxis, como mais fundamentado e mais prolífico do que o que foi postulado pelas correntes filosóficas modernas e pós-modernas, como é o caso do existencialismo, da fenomenologia, e do neopositivismo.

Embora seja um modelo que historicamente situa-se na contemporaneidade, os seus pressupostos fundamentais e ontológicos foram vislumbrados e até intuídos pelos filósofos dialéticos antigos, tais como Platão e Plotino, dentre outros, e na Idade Média por Nicolau de Cusa, ao defenderem a tese de que o ser é sendo e, sendo também é, pelo que, portanto, não há uma contradição (falsa oposição) entre fenômeno e essência, entre singular e universal, entre filosofia e a futura ciência moderna, mas, sim, uma relação de oposição, ou oposição de contrários. Contudo, foram os pensadores da filosofia contemporânea, como Hegel,

Marx, Husserl e Heidegger, dentre outros, quem lhes deram a sua feição mais nítida e efetiva.

Dentre eles, merece destaque o filósofo alemão G. W. F. Hegel (1986) que elaborou a perspectiva do chamado "idealismo absoluto", ou, mesmo "idealismo objetivo" (Hösler, 1988). Embora Hegel não tenha sido um pioneiro do conhecimento dialético, deu o passo decisivo e sistemático no processo de gestação desse modelo, ancorando-o na historicidade da vida humana e na sua conexão com a natureza, à medida que iniciou o processo de desvelamento do sentido, do lugar e da importância da práxis como fundamento último da vida humana, quando da sua concepção dialética do ser.

Para ele, o ser não é uma totalidade fechada como na ontologia grega, nem uma identidade vazia, a exemplo do racionalismo moderno, mas o espírito absoluto historicamente compreendido através do processo dialético do ser, não-ser e vir-a-ser. Ou seja, o não-ser é o outro do ser, a tese, e o é como negação ou antítese e determinação, juízo, "história", e superação, "espírito", do ser na síntese final do processo, que é o vir-a-ser.

Em Hegel é exatamente o não-ser como outro ou alteridade, que dá o movimento, o dinamismo, a vida, a efetividade ao ser. K. Marx (1984, 2011) traduziu toda a riqueza desta concepção idealista do ser em categorias materialistas (materialismo histórico/dialético), conservando bastante o teor da lógica dialética clássica. Para ele, o não-ser, a matéria, como o outro da totalidade, o espírito, e como o distinto da identidade. No caso sua análise do capital como fundamento ontológico do capitalismo em sua contradição com o trabalho é o real, o fundamental e o determinante da sociabilidade do seu tempo e, também, ainda hoje da nossa contemporaneidade.

Destacamos sob a ótica do materialismo histórico e dialético que grande é a quantidade de pensadores que não mais vacilam em considerar esse papel da práxis como a dimensão fundante de uma nova concepção de ser, base de ontologia marxiana. Nessa seara podemos mencionar Karel Kosik (1969), Lukács (1979, 1976 e 1990) e, muito particularmente, Adolfo Sanches Vázquez (1980)

Estes filósofos que com uma concepção ampla, original, e, ao mesmo tempo, dialética, dão o tom mais afinado, até o momento, da ideia da práxis como o fundamento axiológico da vida humana. Para eles, a práxis não é

apenas uma categoria analítica da realidade, mas, o processo pelo qual podemos entender a relação do homem consigo mesmo, sua subjetividade, dele e da realidade, objetividade enquanto mundo fora dele e por ele produzido, e, ainda, dele em relação com a totalidade ou transcendência de si.

## **5. O DESAFIO DE COMO PROCEDER ETICAMENTE: UMA REFLEXÃO MORAL DA PRÁTICA DOCENTE**

Neste nível do problema teórico-prático que nos tópicos acima vimos aqui tematizando, agora, deparamo-nos com a questão de cunho mais metodológico referente à passagem do geral (o modelo de moral) ao particular (a prática concreta da moral). Ou, mais precisamente, trata-se da questão da reflexão moral de casos, fatos e práticas da realidade concreta, cujo foco é o da realidade da prática docente.

A partir desses pressupostos teóricos na condição de conceitos, modelos de moralidade e métodos de avaliação da vida humana, estes nos parecem ser de suma relevância por nos possibilitarem tratar da temática da prática docente, como paradigmas da reflexão moral desta mesma prática, de forma que, o passo seguinte é o de proceder com a aplicação técnica dos mesmos. Para tanto, faremos uso aqui de uma situação paradigmática, mas baseada no nosso ambiente acadêmico, visando tornar mais clara a forma como deve ser feita uma reflexão moral qualificada eticamente com base nos modelos expostos.

Consideremos para análise de um caso da prática docente: a impontualidade, a ausência às aulas e a falta de preparação das aulas pelo professor. O caso que tomamos aqui como objeto de reflexão moral, apesar de ser um modelo, não deixa de ser relevante, do ponto de vista ético-moral. Pois, mesmo na sua irrealidade e generalidade, está baseado em fatos da nossa prática acadêmica, e, uma vez refletido moralmente, poderá servir como um indicativo ou padrão do dever ser da prática docente. É um caso recorrente, mas, ao mesmo tempo, muito comum, da impontualidade do professor, chegada com atraso às aulas ou término antes do tempo regulamentar; docente que se ausenta muito às aulas e, quando não se ausenta, não leva a aula didaticamente preparada para ministrá-la aos alunos. Como gostam de dizer os grandes juristas, eis o fato, passemos agora à sua reflexão moral.

No tocante ao modelo naturalista/cosmocêntrico de moral, dado que a bondade ou a maldade da ação é qualificada pelo grau de compatibilidade que o indivíduo ou ente tem com o todo ou essência, fica claro que, uma vez que o indivíduo, o professor não respeitou a determinação da instituição, a convenção geral, a sua ação só pode ser considerada como sendo, moralmente, má. Não há saída aqui, pois, à medida que o todo é sempre maior e, por isto, lógica e moralmente, melhor que a parte, quando esta mesma parte se desvia, não cumpre, ou, então, agride o todo ela só pode ser considerada como uma forma de desrespeito, ou, mesmo de falha ou pecado em termos religiosos devendo, por conseguinte, ser condenada e penalizada, ou, até mesmo, eliminada.

Desta forma, nada mais fácil e normal que o gestor da instituição de ensino chamar o professor faltoso à atenção, ou, até mesmo, penalizá-lo porque deste modo ele está cumprindo o projeto, a lei ou o regimento interno da instituição, esperando merecer, da parte do reitor da universidade, ser elogiado, quando não premiado pela sua fidelidade, confiança e zelo, nos momentos de festas e confraternizações internas e externas à instituição ao final do ano letivo.

Outro modo de proceder é o que toma como referência moral o modelo subjetivista/antropocêntrico. Aqui, como vimos teoricamente, o bem e o mal da ação é determinada pela subjetividade como consciência, intenção, já que o indivíduo, coloca-se como estando acima de tudo e de todos, uma vez que, para ele, o todo – a sociedade, sistema, empresa, instituição é a somatória das partes, ou das individualidades. Agora, inverte-se a relação de determinação, a saber, invés do todo qualificar as partes, como se dá no modelo naturalista/cosmocêntrico, essas é que o determinam, pois, o indivíduo, enquanto um sujeito de liberdade, usa da sua capacidade racional e ideológica para justificar o que ele mesmo considera como bem e como mal.

Desta forma, agora, o gestor da instituição tem toda a liberdade para considerar a atitude de não cumprimento dos horários e das atividades didáticas do professor como sendo algo errado, e, por isto mesmo, imoral. Do mesmo modo que o professor que pela sua própria vontade não quis respeitar os horários, o gestor da instituição, por sua vez, tem também a liberdade de o considerar inapto para os interesses daquela instituição. E ele o fará isto, tranquilamente, sem "peso"

de consciência, pois, é exatamente a sua consciência que o diz para agir de tal forma, além dele ter o poder de fazê-lo em vista de sua posição social privilegiada que ele, mesmo, conquistou, exclusivamente, com suas próprias forças, pois é assim e que ele pensa. E, ao final do ano, na festa de Natal dos professores, promovida pela faculdade, o melhor e maior prêmio será para o diretor que soube, eficientemente, cumprir todas as metas almejadas pela dita instituição, à medida que soube debelar todas as tentativas de comprometimento dela por conta de conflitos e querelas internos.

Quanto ao terceiro modo de reflexão moral da ação humana, eticamente qualificada como historicista/praxiocêntrica, bem diferente será a maneira de proceder no sentido de caracterizar a maldade ou a bondade desta mesma ação humana. Como vimos acima, aqui o ser do homem não é algo que lhe é dado naturalmente e automaticamente pelo todo, natureza, Deus, destino, acaso e, nem muito menos, por ele mesmo, enquanto tal, quer dizer, enquanto um sujeito absoluto, pois, não existe um sujeito puro e absoluto. O ser do homem é uma conquista histórica, visto que somos, querendo ou não, sabendo disto ou não, seres condicionados pelo tempo e pelo espaço em que vivemos.

Daí podermos dizer com fundamentação ontológica e antropológica que somos seres históricos e sociais. Ora, é por esse motivo que importa aqui considerar os fatores sociais envolvidos no processo, família, sexo, etnia, classe social, cultura, política, religião, bem como ainda os condicionamentos pessoais, corpo, mente, valor, desejo, como sendo elementos condicionadores da pessoa humana. Não somos seres que já nascemos perfeitos, mas, seres em um processo infinito de construção. Nossa ação, nosso comportamento tem em si mesmo as marcas do tempo em que estou vivendo, do lugar em que vivo, bem como, ainda, dos valores que pautam as minhas escolhas.

Não basta, então, no que se refere ao caso do professor faltoso, considerar, isoladamente e exclusivamente, somente o lado do todo, da instituição ou sistema de ensino como ocorre com uma avaliação pautada numa perspectiva naturalista/cosmocêntrica; ou, somente o lado da parte, do indivíduo, da pessoa, como é o caso de uma avaliação sob a ótica do modelo subjetivista/antropocêntrico.

De fato, sendo o homem um complexo de relações socioculturais (MARX, 1980; ORTEGA y GASSET, 1966; SANCHEZ VÁZQUEZ, 1980; MORIN, 1994, 1995 e 2007), por isto mesmo, um ser biológico e socioculturalmente circunstanciado importa fundamentalmente e dialeticamente, considerar os motivos pessoais e subjetivos entrelaçados com os condicionamentos espaciotemporais, objetivos, e socioculturais, intersubjetivos, da vida do professor que o levou a não poder cumprir, à risca, o horário de chegada e saída das suas aulas, bem como a preparação didática das mesmas. Somente desta forma, poderá haver, de acordo com a perspectiva moral historicista/praxiocêntrica que defendemos aqui uma reflexão justa e adequada do ato, do fato ou do comportamento da pessoa.

Vale aqui, consoante tal perspectiva axiológica, perguntar: até que ponto um professor que, para promover o sustento da sua família, precisa trabalhar em mais de uma instituição de ensino, as vezes em até três instituições, pode, mesmo, ter tempo, disposição pessoal e intelectual para dar conta de todas as exigências didáticas e burocráticas que as instituições de ensino exigem dele? Por isto mesmo, muito das vezes, a impontualidade, a ausência e a falta de preparação didática das aulas pelo professor são motivadas não, propriamente, por desleixo e/ou por desorganização dele, mas, sim, por motivos pessoais e familiares, sociais e econômicos, que falam mais alto do que a sua "boa vontade". Que o digam a maioria dos professores.

Mas, infelizmente e, em certo sentido, é até mesmo compreensível que poucos são os gestores de instituições, bem como coordenadores de educacionais que agem, compassivamente, consoantes com tal perspectiva, pois, com certeza isto poderá comprometê-los junto às instâncias das instituições educacionais, ou, da própria comunidade acadêmica como um todo, uma vez que ele pode, vendo a condição de dificuldade pessoal e social, ou mesmo, de impossibilidade, por conta da precariedade da condição de vida e trabalho enfrentadas pelo professor, solidarizar-se com o mesmo, levando-o a, mais que condená-lo, a defendê-lo da censura, ou, então, à perda do cargo.

Enfim, agindo de uma forma mais compassiva e compreensiva com o professor faltoso, dificilmente ele ganhará o prêmio de melhor gestor na festa de comemoração, promovida ao final do ano pela mesma

instituição, pois, ele não soube superar o desconforto institucional causado pelo professor junto aos seus alunos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos três formas de refletir moralmente sobre práticas questionáveis de professores, o caso da falta de pontualidade, ausência e preparação do professor em relação ao seu compromisso para com os alunos da instituição em que ele leciona suas aulas, que nos propusemos nesse estudo.

Essas não são as únicas formas possíveis, eticamente falando, de pautar uma reflexão moral de casos dessa natureza.

Claro que há outras possibilidades, pois, muitas são as formas ou modelos e paradigmas axiológicos existentes e, já sistematizados ao longo da história do pensamento filosófico ocidental. Contudo, estas parecem ser, se não as melhores, pelo menos as que se nos apresentam como claras e pertinentes, bem fundamentadas na história e na lógica interna do pensamento filosófico ocidental, naquilo que ele tem de mais amplo, mais avançado e, também, mais atual.

De fato, o ser humano é o único animal guiado por valores e isso se deve a sua capacidade de escolher entre alternativas, na medida que pelo desenvolvimento do trabalho, da linguagem e da consciência se tornou um ser histórico, situado no tempo e no espaço que ele tem consciência, que o transformou e que ele também transforma.

Essa possibilidade é secundarizada na concepção naturalista/cosmocêntrica, visto que forças biomecânicas e sobrenaturais determinam o que somos. O mesmo ocorre com o modelo subjetivista/antropocêntrico onde há sobrevalorização da vontade humana, mas apenas como um suposto senhor dessas forças biomecânicas e sobrenaturais. O modelo historicista/praxiocêntrico torna o homem mais humilde, mas também abre espaço para a produção do novo e para a liberdade quanto se descobre como ser histórico e social, construído e construtor da história e de sua humanidade.

## REFERÊNCIAS

---

- ARANGUREN, J. L. L. **Ética**. Madrid, Aliança Editorial, 1981, pág. 47 ss.;
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982;
- CIRNE LIMA, C. R. V. **Dialética para principiantes**. Coleção "Filosofia" - 48; Editora Escritos, RS: 2014;
- CIRNE LIMA, C. R. V. **Sobre a contradição**. Coleção: FILOSOFIA – 6. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1993;
- DUSSEL, E. **Ética comunitária**. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1986;
- HEGEL, G. W. F. **Introdução à história da filosofia**. S. P.: 1976;
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Lisboa Guimarães Editores, Ltda., 1986, 1<sup>o</sup> 341, pp. 280 – 285;
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Parte I, 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1988, § 25 – 27, pp. 164 – 183;
- HESSEN, J. **Filosofia dos valores**. Coimbra: Almedina, 2001;
- HERÁCLITO. **Pré-socráticos**. DK 22 A 6 (Platão, Crátilo, p. 402 A). 3<sup>a</sup> ed., S. P.: Abril cultural, 1985;
- HÖSLE, V. **Hegelssystem Der Idealismus der Subjektivität und das Problem der Intersubjektivität**. Dois vols. Hamburg 1988;
- KANT, E. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. S. P.: Abril Cultural, 1980, pp. 109 – 118;
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2<sup>a</sup>. Edição 1969;
- LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Edições 70, 2008;
- LEVINAS, E. **O Humanismo do Outro Homem**. 3<sup>a</sup> ed., Petrópolis – RJ: Vozes: 2009;
- LIMA VAZ, H. C. **Escritos de Filosofia II** (Ética e Cultura), S. P., Ed. Santuário, 1986;
- LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979;
- LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell' Essere Sociale**. E. Riuniti, Roma, 1976;
- LUKÁCS, G. **Prolegomini all' Ontologia dell' Essere Sociale**. Ed. Guerini e Associati, Milão, 1990;
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Lisboa, Editorial Presença, s. d. pp. 10 – 14;
- MARX, K. **Ideologia Alemã** (Teses sobre Feuerbach), S. P.: Editora Moraes, 1984, pp. 9 – 24;
- MARX, K. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857 – 1858. São Paulo: Biotempo, 2011;

- MARX, K. **Textos Filosóficos**. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1975;
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa: Publicações Europa América, 1994;
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995;
- OLIVEIRA, M. A. de. **A filosofia na crise da modernidade**. 3ª ed., Edições Loyola: São Paulo, 1989;
- OLIVEIRA, M. A. de. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993;
- OLIVEIRA, M. A. de. **Ética e Práxis Histórica**. Edições Loyola: São Paulo, 1995;
- OLIVEIRA, M. A. de. **Tópicos sobre a dialética**. – Porta Alegre: EDIPUCRS, 1996;
- ORTEGA Y GASSET, J. Obras Completas. **Tomo I** (1902-1916), 7ª. Edição. Revista de Occidente Madrid – 1966;
- PARMÊNIDES. **Pré-socráticos**. DK 28 A 24 (Aristóteles, Met. I, 5,986 b 18) e DK 28B 1 – 9 (Simplicio, Física, 117, 2). 3ed., S. P.: Abril Cultural, 1985;
- PLATÃO. **Fédon**. 99 e – 107 b. 2ª ed., S. P.: Abril Cultural, 1983;
- PLATÃO. **República**. 2ª ed., Portugal, Publicações Europa – América, s.d.;
- VÁSQUEZ, A. S. **Escritos de política e filosofia**. Madri, Ayuso e Fundación de Investigaciones Marxistas. (1987);
- VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011;
- VÁSQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**. Segunda edição, corrigida e ampliada, México, Grijalbo, (col. Teoría y praxis, núm. 55), 1980;
- VÁSQUEZ, A.S. **Vida e filosofia**. Pós-roteiro político-filosófico para meu trabalho filosófico, *In: Anthropos*. Revista de documentação científica da cultura, Barcelona, nº 52, agosto, p. 16, 1985;